

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO HUMANA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA E SUAS CONSEQUÊNCIAS.

Claudio Taveira Gouvêa¹⁶

Resumo

Este artigo propõe uma análise do processo de povoamento da Amazônia brasileira, em suas diferentes etapas de desenvolvimento econômico, buscando demonstrar a relação desse processo desordenado e exploratório com os problemas enfrentados na região ainda hoje. Para esta análise foi utilizada metodologia bibliográfica, associada a estudo de casos concretos, especialmente operações de segurança pública, realizadas na região. A escassez de recursos materiais e humanos nessa região de dimensões continentais, decorrente dessa desordem habitacional, demonstra que é urgente a necessidade de proteção e de desenvolvimento da região, para garantir a sua segurança e a sua defesa. Essa escassez, certamente impacta diretamente as instituições que operam na região. Essas possuem tarefas previstas em suas missões singulares organizacionais que incidem nos aspectos relacionados à segurança, à defesa e ao desenvolvimento e que, de modo geral, encontram obstáculos significativos à sua eficiência, eficácia e efetividade, contra os problemas históricos da área. Como possíveis soluções a essa escassez de recursos, as ações conjuntas que envolvem diferentes instituições públicas de segurança na Amazônia, ocorrem de forma isolada e longe de serem sistêmicas. Rendem bons resultados, porém dentro de uma janela de espaço quando vigoram, podendo servir de protótipos às políticas efetivas. Essas ações conjuntas possibilitam às instituições condições de enfrentar problemas históricos que são potencializados pelas cobiças estrangeiras sobre as riquezas da Amazônia.

Palavras-chave: Ocupação. Amazônia Brasileira. Escassez de recursos.

Abstract

This article proposes an analysis of the development process of the Brazilian Amazon, in its different stages of economic development, seeking to demonstrate the relationship between the disordered and exploratory process and the problems faced in the current region. For this analysis, bibliographic methodology was used, associated with the study of specific cases, especially public security operations, carried out in the region. The scarcity of material and human resources in this region of continental dimensions, due to the housing disorder, demonstrates that there is an

¹⁶ Claudio Taveira Gouvêa, formado em Medicina Veterinária na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no ano de 2007. Policial Rodoviário Federal desde 2009. Integrante da Força de Choque da PRF desde 2014. Atualmente, Chefe do Núcleo de Policiamento e Fiscalização da 7ª Delegacia PRF em Barra do Garças MT.

urgent need for protection and development of the region, to guarantee its security and defense. This shortage certainly directly impacts the institutions that operate in the region. These tasks are planned in their unique organizational misses that affect aspects related to security, defense, and development and that, in general, find significant obstacles to their efficiency, effectiveness and effectiveness, against the historical problems of the area. As possible solutions to this scarcity of resources, joint actions involving different public security institutions in the Amazon will occur in an isolated manner and over a long period of time. They yield good results, however, within a space line when they are in force, being able to serve as prototypes for effective policies. These joint actions make it possible for the institutions to confront historical problems that are only potentiated by the foreign knowledge of the riches of the Amazon.

Keywords: Brazilian Amazon Rainforest; Brazilian Amazon. Occupation.

INTRODUÇÃO

A Amazônia é o bioma que compreende o conjunto de ecossistemas que envolve a bacia hidrográfica do Rio Amazonas e a Floresta Amazônica. É considerada a região de maior biodiversidade do planeta. Não é exclusivamente brasileira, sendo encontrada no Peru, Equador, Colômbia e Venezuela.

A Floresta Amazônica é considerada a maior floresta tropical do mundo, ocupando uma área de mais de 5 milhões de km². É rica em biodiversidade, contando com grande número de espécies da fauna e da flora. Pesquisas mostram que o bioma Amazônico possui cerca de quatorze mil espécies de plantas que se dividem em árvores, ervas, arbustos, lianas e trepadeiras. Cerca de 76% encontram-se no Brasil e apresenta elevado potencial medicinal e econômico (SOUSA, 2023).

Com relação à fauna, os estudos indicam que é possível encontrar na região cerca de 30 milhões de espécies animais, sendo que nem todas as espécies são conhecidas. Seu bioma é composto por aves, roedores, répteis, insetos e anfíbios. Seus principais símbolos são os tucanos, araras, papagaios, macacos, onças, jacarés e peixes-boi. Nessa região, encontra-se a maior bacia hidrográfica do planeta, a Bacia Amazônica, com mais de 7 milhões de km² de extensão, sendo seu principal rio Amazonas, que possui mais de 1.100 afluentes (MENDONÇA, 2023).

As riquezas naturais da Amazônia sempre atraíram os olhares do Mundo, especialmente daqueles que buscavam e ainda buscam explorá-las. Com intuito de

explorar essa desconhecida gama de riquezas naturais, iniciou-se a ocupação humana da região.

Este artigo propõe uma análise do processo de povoamento da Amazônia brasileira, em suas diferentes etapas de desenvolvimento econômico, buscando demonstrar a relação desse processo desordenado e exploratório com os problemas enfrentados na região ainda hoje. Para esta análise foi utilizada metodologia bibliográfica, associada a estudo de casos concretos, especialmente operações de segurança pública, realizadas na região.

A escassez de recursos materiais e humanos nessa região de dimensões continentais, decorrente dessa desordem habitacional, demonstra que é urgente a necessidade de proteção e de desenvolvimento da região, para garantir a sua segurança e a sua defesa. Essa escassez, certamente impacta diretamente as instituições que operam na região. Essas possuem tarefas previstas em suas missões singulares organizacionais que incidem nos aspectos relacionados à segurança, à defesa e ao desenvolvimento e que, de modo geral, encontram obstáculos significativos à sua eficiência, eficácia e efetividade, contra os problemas históricos da área.

Como possíveis soluções a essa escassez de recursos, as ações conjuntas que envolvem diferentes instituições públicas de segurança na Amazônia, ocorrem de forma isolada e longe de serem sistêmicas. Rendem bons resultados, porém dentro de uma janela de espaço quando vigoram, podendo servir de protótipos às políticas efetivas. Essas ações conjuntas possibilitam às instituições condições de enfrentar problemas históricos que são potencializados pelas cobiças estrangeiras sobre as riquezas da Amazônia.

A Amazônia Brasileira tem indiscutível valor geopolítico para a segurança, para a defesa e para o desenvolvimento nacional. Ações conjuntas e políticas públicas, apresentam-se como alternativas à escassez de recursos, gerados pelo modal de povoamento desordenado e exploratório da região. Neste contexto este trabalho apresenta a hipótese, de que tal processo de ocupação teve impacto direto

sobre os problemas enfrentados no desenvolvimento socioeconômico e, especialmente, na segurança pública da região.

Nos tópicos seguintes, este trabalho irá, inicialmente, através de um apanhado bibliográfico e histórico, esmiuçar cada etapa de ocupação do espaço Amazônico. Em seguida, através de uma análise correlativa das características fisiográficas da Região e o processo de ocupação, demonstrar os efeitos dessa ocupação desregada no espaço Amazônico. Será mostrado as deficiências estruturais e logísticas que as instituições públicas enfrentam para atuar na região e por fim, o trabalho trará algumas possíveis ações corretivas a serem executadas com intuito de mitigar esses efeitos históricos do povoamento regional.

O PROCESSO DE POVOAMENTO DA AMAZÔNIA

O processo de ocupação humana da Amazônia passou pelas seguintes etapas: O descobrimento da Amazônia pelos europeus; Ciclo da Borracha; Governo militar: “Integrar para não entregar”; Anos 1970 e o perigo do desmatamento; Anos 1990: crescimento da soja; Anos 2000, pecuária e mineração. Há, ainda, linhas de pesquisa que defendem como primeiros ocupantes, os asiáticos, há 14 mil anos (SILVA, 2023).

O processo de ocupação da Amazônia começa quando imigrantes asiáticos chegam à região há mais de 14 mil anos. Assim que esses grupos desenvolveram a agricultura e passaram a viver numa em áreas delimitadas, sociedades indígenas diversas e mais complexas surgiram na região. Esses grupos viveram na Amazônia cerca de 2 mil anos antes da chegada dos europeus. Eles se utilizavam da floresta de forma harmônica e dela extraíam os recursos necessários para a sua sobrevivência e desenvolvimento (IMAZON, 2015).

Quando os europeus atingiram o rio Amazonas, no século 16, encontraram uma floresta habitada por povos indígenas de diversas culturas, que sustentavam populações numerosas. Durante a colonização portuguesa do território, fundamentada nas atividades extrativistas e de agricultura, as populações indígenas

foram reduzidas drasticamente, principalmente por conta das doenças trazidas pelos europeus (OLIVEIRA, 2023).

Já no século 19, a Amazônia era composta por indivíduos miscigenados, indígenas, brancos e negros, que passaram a viver em função do grande ciclo econômico da borracha. Esse ciclo enriqueceu os barões de Belém e Manaus e promoveu o desenvolvimento arquitetônico e cultural dessas duas cidades (OLIVEIRA, 2023).

Com a crise da borracha, a região Amazônica entrou num período de estagnação, ficando durante a primeira metade do século 20, distante e esquecida pelo restante do Brasil. A partir de 1960, com os planos de integração nacional, descoberta de minérios e grandes projetos de desenvolvimento, a região voltou a crescer e receber novos migrantes de todo o Brasil, principalmente do Sul do país. Foi nesse período que se iniciou a grande devastação da floresta, provocada principalmente pela abertura de estradas, e exploração de madeira e estabelecimento de pastos (IMAZON, 2015).

As etapas de povoamento da Amazônia serão tratadas com mais detalhes a seguir.

Asiáticos na Amazônia

Imigrantes asiáticos teriam chegado ao Vale do Rio Amazonas há 14 mil anos, ainda durante as últimas glaciações, quando o nível do mar ainda era baixo, através do chamado estreito de Bering, que permitiu a travessia, mesmo a pé, de populações inteiras por essa ponte natural ligando o continente asiático ao continente americano.

Existem outras duas versões sobre a chegada de chineses às Américas. A primeira é a de que os asiáticos desbravaram a região no início da era cristã. Por volta do ano 499, um monge budista chamado Hui Shen teria chegado a uma terra distante 8 mil milhas náuticas (14.816 quilômetros) ao leste da China. Essa terra ficou conhecida como Fusang, palavra chinesa para designar “planta comum no Leste, onde nasce o sol”. A segunda é a de que entre 1405 e 1418, cruzadas

chinesas teriam atravessado os oceanos e atingido as Américas. Essas cruzadas estariam documentadas em livros na China (IMAZON, 2015).

Descobrimto da Amazônia pelos Europeus

Muito surpresos ficaram os Europeus, quando ao desembarcar, no início do século 16, no vale do Rio Amazonas, se depararam com assentamentos indígenas superpovoados. Essas comunidades amazônicas sofreram, primeiro com a invasão de espanhóis, holandeses, franceses, ingleses e irlandeses em busca de metais preciosos, vindo, em seguida a sofrer com a ocupação de seu território pelos portugueses em grande parte do que hoje é conhecido como Amazônia Legal. (PEIXOTO, 2009)

Ao longo desses 250 anos de conquista e colonização portuguesa, muitos povos indígenas foram aniquilados pela violência dos conquistadores e pelas doenças contagiosas trazidas pelos europeus, tais como varíola, sarampo, catapora, gripe, tuberculose e doenças venéreas. À época do primeiro contato, estima-se que havia aproximadamente 5 milhões de índios na bacia amazônica, dos quais 3 milhões viviam no Brasil. Atualmente há apenas cerca de 430 mil indígenas na Amazônia. (NEIVA, 2020)

A ocupação Europeia da região teve início com assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494, pelo qual os Espanhóis passam a ter a posse de toda região Amazônica. O tratado consistia numa linha imaginária que dividia o mundo entre Portugal e Espanha: as terras ao leste seriam portuguesas e as terras ao oeste seriam espanholas. Assim, grande parte da Amazônia, passou a pertencer formalmente aos espanhóis no século XVI. (HIGA, 2002)

Durante o século XVI, os espanhóis foram, aos poucos, desistindo de conquistar o vale do Amazonas, por não terem encontrado a abundância de metais preciosos que acreditavam existir, além de que já haviam conquistado riquezas dos incas no Peru. Os Andes se tornaram uma grande barreira para se alcançar os limites da região amazônica. Aos poucos, foram permanecendo somente os missionários religiosos. Aproveitando-se dessa falta de interesse dos espanhóis, os

portugueses estavam prestes a desrespeitar os limites do Tratado assinado. (FAUSTO, 2002)

Mais tarde, nos anos de 1600, foi a vez de exploradores portugueses realizarem viagens ao longo do rio Amazonas. Em 1621, fora fundado o estado do Maranhão e Grão-Pará. Seu governador, em 1637, decidiu enviar uma expedição ao rio Amazonas com milhares de homens, em sua maioria indígenas, que tinha como objetivo firmar marco de fronteira entre o Grão-Pará e o território que incluía o Peru, Equador, Colômbia, além de identificar possíveis locais para a construção de fortes. (CASTRO, 2017, p 17)

A ocupação do território pelos portugueses ocorreu por meio da evangelização dos indígenas e da exploração dos produtos naturais da floresta, conhecidas como as drogas do sertão. Essa ocupação perdurou por um século, até a assinatura do Tratado de Madri em 1750, pelo qual os reis de Portugal e Espanha entraram em acordo sobre os novos limites entre os territórios de seus países na América do Sul. A posse da região Amazônica ficou para os portugueses, restando à Espanha com os outros países da região amazônica como Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. As Guianas e Suriname foram posteriormente colonizadas por ingleses, holandeses e franceses. (CASTRO, 2017, p 17)

Durante o período de colonização portuguesa na Amazônia, que se deu entre meados de 1600 a 1823 foram construídos fortes na região, formaram-se vilas e cidades. Os indígenas, em sua grande parte foram convertidos ao cristianismo e trabalharam de forma forçada nas plantações e no extrativismo das drogas do sertão, além de servirem de soldados na defesa do território. (IMAZON, 2015).

Esses povos originários passaram a residir nas vilas e aldeias portuguesas, o que afetou diretamente a cultura e o modo de produção das populações indígenas que viviam nas margens do rio Amazonas e seus afluentes. Aldeias foram esvaziadas porque muitos desses povos deixaram de trabalhar para si e para sua comunidade para servir às colônias. Muitos acabaram mortos por doenças, por guerras e pelo trabalho em condições desumanas. (IMAZON, 2015).

Ciclo da Borracha

O Ciclo da Borracha corresponde ao período da história brasileira em que a extração e comercialização de látex para produção da borracha foram atividades basilares da economia. Nesta época, cidades como Manaus, Porto Velho e Belém, tornaram-se as capitais brasileiras mais desenvolvidas, com eletricidade, sistema de água encanada e esgotos, museus e cinemas, construídos sob influência europeia.

A demanda provocada pela Revolução Industrial, fez da borracha natural um produto valorizado, especialmente após o advento do processo de vulcanização. Esse tratamento industrial elimina as impurezas da coagulação, tornando a borracha um bom material para ser utilizado em pneus de automóveis, motocicletas e bicicletas, bem como na fabricação de correias, mangueiras, solas de sapatos, entre outros.

Como consequência, muitas vilas e povoados ribeirinhos surgiram e as cidades que já existiam prosperaram e cresceram, desenvolvendo desde infraestruturas básicas, como escolas e hospitais, até hotéis de luxo e teatros. Além do desenvolvimento socioeconômico, centenas de milhares de trabalhadores, sobretudo do Nordeste, migraram para a região, resolvendo em partes o problema de povoamento.

Durante o primeiro ciclo da Borracha, em 1903, o governo brasileiro, em negociação com o governo boliviano, adquire oficialmente o controle do Estado do Acre, mediante o pagamento de 2 milhões de libras esterlinas, da entrega de territórios do Mato Grosso e da construção de uma ferrovia para escoar os produtos da Amazônia (HIGA, 2022).

Em 1910, tem início a concorrência da seringueira, *Hevea brasiliensis*, plantada na Ásia, utilizando sementes contrabandeadas décadas antes e produzindo látex a custos muito inferiores ao produzido da matéria-prima nativa. A queda brusca no preço do látex, tornou inviável a exploração comercial da borracha amazônica. Com isso, a fabricação de borracha brasileira entra em crise, paralisando a economia nas regiões produtoras.

Durante o segundo ciclo da borracha, que ocorreu entre 1942 e 1945, durante a segunda Guerra, o governo brasileiro fez um acordo com o americano para exploração do látex. Nesse período foi criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, instituído em 1943 para o alistamento compulsório, especialmente de nordestinos que sofriam com a seca. Este evento ficou conhecido como a “Batalha da Borracha”, a qual mobilizou mais de 100 mil “Soldados da Borracha” (HIGA, 2022).

O desenvolvimento da borracha sintética após a segunda grande guerra, faz com que a produção do látex amazônico definhasse e acabasse em meados de 1960.

Governo militar: “Integrar para não entregar”

Durante a ditadura civil-militar no Brasil ocorreram ações como a abertura de grandes estradas. No caso do Estado do Acre, os municípios que até então eram interligados através do modal fluvial, passam a partir da década de 70 a acontecer através de rodovias.

A construção da Transamazônica fez parte de um programa de colonização que incluía o deslocamento de quase 1 milhão de pessoas com o objetivo de ocupar estrategicamente a região, não deixar despovoado nenhum espaço do território nacional e proteger a área de fronteiras. Além da Transamazônica foram também criadas na época as estradas Perimetral-Norte, Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém e a BR 364, ligando Cuiabá (MT) à Cruzeiro do Sul (AC). Esses grandes empreendimentos foram financiados pelo Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), causando aumento da dívida externa (SOUZA; CARODI, 2019).

Na mesma época, cinco novos municípios, no Estado do Acre, foram criados em regiões estratégicas para proteção das fronteiras. Os novos municípios foram: Assis Brasil, nas margens do Rio Acre, na fronteira com o Peru e Bolívia; Plácido de Castro, nas margens do Rio Abunã, na fronteira com a Bolívia; Senador Guimard, nas margens da BR-317; Mâncio Lima, nas margens do Rio Moa -na bacia do Rio Juruá e Manoel Urbano, nas margens do Rio Purus.

Para complementar o plano desenvolvimentista, o governo militar traçou metas de incentivo fiscal para o fortalecimento da pecuária, mineração, madeiras e setores industriais. A Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) aplicavam capital a juros baixos para projetos considerados produtivos. Esses empréstimos, porém, não favoreciam a grande massa de migrantes em situação precária que chegava à região, atraídos pela propaganda militar que prometia perspectivas de enriquecimento (SOUZA; CARODI, 2019).

Nessa época surge, ainda, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), com o intuito de regulamentar terras ocupadas de forma ilegal. Ao longo desse período, foram se desenvolvendo frentes agropecuárias, mineradoras e madeiras, responsáveis pelo aumento do desmatamento, poluição e diminuição dos povos originários, como ribeirinhos e seringueiros.

Nesse momento passou a funcionar na prática a Zona Franca de Manaus, área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento. A Zona Franca passa a funcionar como um atrativo para indústrias na região, gerando novos empregos e permitindo grande concentração populacional nessa pequena área do estado.

Anos 1970 e o perigo do desmatamento

A partir dos anos 70, a ocupação da Amazônia foi realizada visando a integração com o restante do país e com o capital internacional, para isso, o Governo adotou um conjunto de medidas de ocupação do território amazônico, que resultaram na criação do Plano de Integração Nacional - PIN, do Programa de Redistribuição de Terras-PROTERRA, dos Planos Nacionais de Desenvolvimento-PND I e II. Neste contexto, a construção de infraestrutura como rodovias, ferrovias, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a implantação do Programa Grande Carajás-PGC foram instrumentos centrais de uma política que incentivou à migração massiva para a região amazônica.

Somado a isso, os incentivos fiscais voltados para consolidação da pecuária na região, resultaram em uma rápida e drástica mudança na paisagem, sendo perdidos milhares de Km² de vegetação nativa. Em meados de 1978, a área desmatada chega a 14 milhões de hectares. Nessa época a população Amazônica era de aproximadamente 7 milhões de pessoas (CERQUEIRA, Wagner, 2005).

Crescimento da soja

O grão que desde a década de 70 tinha destaque entre os principais produtos de exportação, foi adaptado ao cerrado e se transformou em um dos principais agentes de desmatamento. A produção da soja atraiu uma nova leva de migrantes, das regiões Sul e Sudeste do país. A capitalização da agricultura no sul do País permitiu a pequenos e médios agricultores a venda de suas terras, e a compra de propriedades até 15 vezes maiores na Amazônia.

O processo de ocupação desordenada em decorrência da soja, trouxe graves impactos ambientais, em decorrência da necessidade de hidrovias, ferrovias e rodovias, envolvidas no processo de transporte do produto aos portos de embarque, especialmente aos de Itacoatiara, Santarém, Itaquí, Vila de Conde.

Durante a década de 90, a área desmatada para a plantação de soja volta a dar um salto, chegando a aproximados 41 milhões de hectares (Linha do Tempo: Entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia-Imazon, 2015).

Anos 2000

Segundo o IBGE, a população da Amazônia chegou a 21 milhões de pessoas no ano 2000. A pecuária passou a ser atrativa e se tornou responsável pelo desmatamento de grandes áreas. Ainda segundo o IBGE, o rebanho amazônico em 2003 era concentrado em quatro Estados (Mato Grosso, Pará, Tocantins e Rondônia) que possuíam 86% do rebanho regional. Mato Grosso, Pará e Rondônia, sozinhos, foram responsáveis pelo crescimento de 81% do rebanho entre os anos de 1990 e 2003.

A pecuária cresceu na região porque era mais lucrativa que em outras áreas. Isso foi possível devido aos baixos preços da terra na região e a maior produtividade

das pastagens. O valor das pastagens na Amazônia, entre 1970 e 2000, era cinco a dez vezes menor que em São Paulo. Em 2002, o valor era de 35% a 65% menor que o valor cobrado no eixo Centro-Sul (Pecuária na Amazônia: Tendências e Implicações para a Conservação Ambiental- Imazon, 2015).

Nesta época se propagaram as concessões e assentamentos ilegais para exploração das riquezas minerais e para o extrativismo de madeira. O Brasil é o 2º maior produtor de minério de ferro do mundo, e o 4º maior produtor de bauxita (Os Impactos da Mineração na Amazônia-Forestsandfinance.org). Essa ocupação agravou drasticamente o processo de desmatamento da floresta e o processo de expulsão e morte dos povos indígenas (Ribeiro, M.I.F.D.C. -2016).

Os mesmos mecanismos de exploração dos recursos naturais se repetiram, anos depois, na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com forte impacto ambiental na região, mas principalmente sobre a questão da violência e da criminalidade.

A demanda por segurança pública nos municípios próximos à Usina Belo Monte surgiu antes mesmo do início de suas obras. Com a mera notícia de abertura do processo licitatório, um fluxo enorme de pessoas migrou para a região, causando um crescimento populacional abrupto e desordenado. O número de casos que demandaram o sistema de segurança pública triplicou em 6 anos (REIS, 2016).

CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO AMAZÔNICA

As riquezas da Região Amazônica sempre despertaram cobiça de agentes exploratórios tanto no âmbito nacional quanto internacional. Essa cobiça internacional remota ao período de colonização do país e se faz presente na atualidade, sendo favorecida pela precária presença do Estado na região.

No fim do século XVI, durante as buscas por especiarias, os portugueses exploravam o que chamavam de “drogas do sertão”, que despertavam interesse de outros povos. Apesar de posteriormente assumirem a imagem de defensores da natureza, a essência exploratória desses na região Amazônica nunca mudou.

A Região Amazônica é muito grande não só em suas dimensões, mas também em suas riquezas hídricas, minerais, de fauna e flora e em material genético. Dentre suas características sociais se destacam a baixa densidade demográfica, IDH (índice de desenvolvimento humano) abaixo da média nacional e deficiente planejamento na ocupação urbana com grande parte de suas terras ocupadas por populações indígenas.

A Amazônia é carente de projetos de infraestrutura para seu desenvolvimento, o sistema de transporte é precário, a ocupação de suas terras é irregular e muitas vezes em áreas de proteção, além dos sistemas de comunicação ineficientes.

Os rios da região são volumosos e de boas condições de navegabilidade, destaque para o Rio Amazonas, maior rio do mundo. Destacam-se, além do Amazonas, os rios Javari, Juruá, Purus, Madeira, Tapajós, Xingu, Negro, Branco, Trombetas e Jari. Dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) mostram quase totalidade das mercadorias produzidas na região são transportadas pelos rios (ANTAQ, 2011).

Esse potencial que é utilizado para o desenvolvimento econômico da região, tendo aproveitamento para a agricultura, pecuária, abastecimento e geração de energia elétrica, não é, porém, utilizado para estratégias de defesa, as precárias estruturas portuárias e de embarcações inviabilizam melhorias nas logísticas de transporte e execução de Operações de segurança.

Como exemplo de investimentos que podem ser feitos na segurança pública da região, temos as bases fluviais, com foco na redução dos crimes sexuais, ambientais, desvio de combustíveis, contrabando, descaminho e tráfico de drogas, além de servir de base de apoio a diversos Órgão da Segurança Pública.

CONSEQUÊNCIAS DA OCUPAÇÃO DESORDENADA DA AMAZÔNIA

A Amazônia é um dos maiores berçários de vida da Terra, com uma biodiversidade incomparável. Infelizmente, a ocupação desenfreada e desordenada da região, principalmente por parte de fazendeiros, madeireiros e garimpeiros,

trouxe consigo muitos problemas, incluindo o desmatamento descontrolado, a exploração ilegal de madeira, a mineração ilegal, a grilagem de terras e a violação dos direitos das comunidades indígenas.

Essas atividades tiveram grande impacto na biodiversidade, assim como na qualidade de vida das pessoas que habitam a Amazônia. A degradação ambiental causada pela exploração dos recursos naturais também tem um impacto negativo sobre o clima global, uma vez que a Amazônia é um regulador do clima mundial. A floresta atua como um sumidouro de carbono, absorvendo dióxido de carbono da atmosfera. O desmatamento e a degradação florestal liberam grandes quantidades de carbono armazenado, contribuindo para as mudanças climáticas.

A ocupação desordenada da Amazônia afetou diretamente as comunidades indígenas que dependiam e ainda dependem da floresta para sua subsistência e cultura. A invasão de terras, os conflitos com madeireiros e grileiros, bem como a introdução de doenças e modos de vida não tradicionais, impactaram as comunidades indígenas e seu modo de vida. O mais recente dos casos de ataques aos povos originários foi o genocídio do povo Yanomami, noticiado em imprensa nacional e internacional, que mostrou as condições precárias em que viviam, desnutridos e desidratados, quando não assassinados por grileiros nos embates pelas posses de terras.

O processo de ocupação da Amazônia muitas vezes envolveu a invasão de terras públicas ou protegidas, seja para a extração ilegal de madeira, a expansão agrícola descontrolada ou a criação de assentamentos irregulares. A disputa por terras e recursos naturais levou a conflitos violentos entre os grupos envolvidos em atividades ilegais.

Essas invasões ocorreram em áreas utilizadas pelo narcotráfico para o cultivo de drogas. A Amazônia foi e ainda é usada como rota de tráfico de drogas entre o Brasil e outros países da América do Sul devido à sua vasta extensão, à densa vegetação e à complexidade da fronteira. A geografia da região facilita a movimentação de drogas ilícitas, permitindo que organizações criminosas evitem detecção e interceptação.

Segundo Fernando Corrêa dos Santos (2013), a área oeste do estado do Amazonas formada pela confluência dos territórios brasileiro, colombiano e peruano, conhecida como “Trapézio Amazônico”, é considerada uma das principais portas de entrada de cocaína no território brasileiro, sendo constante objeto de discussões governamentais de planos de segurança voltados para a região.

Relatórios anuais elaborados pela Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE), apontam que são consumidos na Europa de 200 a 300 toneladas de cocaína por ano, das quais aproximadamente 25% passam pelo Brasil. Em 2005, cerca de 35% da produção de droga colombiana, destinada a Europa, passava pelo território brasileiro (UNODC, 2008).

O narcotráfico é uma atividade altamente lucrativa, e uma das formas de legalizar o dinheiro obtido ilegalmente é investi-lo em empreendimentos lícitos. A ocupação desordenada da Amazônia, especialmente em setores como a agricultura e a pecuária, pode ser utilizada como fachada para lavagem de dinheiro proveniente do tráfico de drogas. Isso pode perpetuar a ocupação e dificultar a identificação das redes criminosas envolvidas.

O narcotráfico na Amazônia requer uma infraestrutura logística para o transporte de drogas, incluindo pistas de pouso clandestinas, rotas fluviais e acampamentos escondidos. A ocupação desorganizada e a falta de controle nas áreas fronteiriças e nas regiões remotas da Amazônia facilitam a construção e a operação dessas infraestruturas clandestinas, permitindo que o narcotráfico opere com relativa impunidade.

O narcotráfico explorou a falta de governança e a corrupção que acompanharam a ocupação da Amazônia. Se torna simples para organizações criminosas cooptar comunidades locais, oferecendo benefícios econômicos em troca de apoio logístico ou proteção. Isso cria um ciclo de dependência e perpetua a presença do narcotráfico na região.

É importante ressaltar que nem toda ocupação desestruturada na Amazônia está ligada diretamente ao narcotráfico. No entanto, onde há sobreposição entre esses dois fenômenos, eles se reforçam mutuamente e dificultam os esforços de controle, tanto da ocupação quanto da atividade ilícita na região.

O narcotráfico tem sérias consequências sociais. Leva ao aumento da violência, à corrupção, ao surgimento de grupos criminosos e à desestabilização das comunidades locais. Além disso, o consumo de drogas e os problemas relacionados a ele afetam negativamente a saúde e o bem-estar das pessoas.

O narcotráfico também tem impactos ambientais na Amazônia. Em algumas áreas da Amazônia, principalmente em países como Colômbia, Peru e Bolívia, são encontradas plantações de coca e outras culturas utilizadas para a produção de drogas. Essas plantações normalmente são escondidas em áreas remotas e de difícil acesso. Para estabelecer essas áreas de cultivo, ocorre o desmatamento ilegal, o envenenamento de rios e o uso indiscriminado de produtos químicos tóxicos. Essas atividades levam à degradação ambiental, à perda de biodiversidade e à contaminação de recursos naturais (SOUZA, 2018).

LIMITAÇÕES INSTITUCIONAIS NA AMAZÔNIA

As limitações, especialmente no tocante à segurança pública, são evidentes, frente ao tamanho da Amazônia que ocupa 56% do território brasileiro, aproximadamente 5 milhões de km². A floresta se estende por 9 países das Américas, ocupando seis estados brasileiros que fazem cerca de 10 mil km de fronteiras com os outros países amazônicos (A maior floresta tropical do planeta que ocupa 49% do território brasileiro – Educamaisbrasil, 2018). Tudo isso somado às ameaças que incidem sobre a região e a escassez de recursos dos órgãos públicos de segurança, evidencia a dificuldade dessas instituições em promover o atendimento necessário às demandas.

No tocante a escassez de recursos humanos, pode ser citada como exemplo a Polícia Rodoviária Federal, Órgão que compõem o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras-PPIF e que possui em seu quadro pouco mais de 10 mil policiais distribuídos em todo território nacional, sendo que desse pequeno número de agentes é que se extrai efetivo para atender as demandas da Amazônia.

Além da escassez dos recursos humanos, as instituições que atuam na região esbarram nas dificuldades de acesso. As grandes distâncias, a infraestrutura precária e restrições territoriais, como reservas indígenas, se tornam obstáculos a atuação do Estado e facilitadores da ação de grupos criminosos que atuam no narcotráfico, tráfico de armas e extração ilegal de recursos vegetais e minerais.

Em virtude dessa escassez de recursos, principalmente humanos, para que as instituições estejam em condições de cumprir suas missões na região, foi criado em 2016, através do Decreto nº 8.903, o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), na busca de um maior gerenciamento dos atores na região, para promover maior integração, com foco na cooperação e na articulação de suas ações e mitigação de conflitos de interesses (Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) — Gabinete de Segurança Institucional).

O Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) é composto pelos seguintes órgãos: **Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República**, por meio da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional, que o coordenará e da Agência Brasileira de Inteligência; **Ministério da Defesa**, por meio: do Comando da Marinha, do Comando do Exército, do Comando da Aeronáutica e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; **Ministério da Economia**, por meio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; **Ministério da Justiça e Segurança Pública**, por meio do Departamento Penitenciário Nacional, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Secretaria de Operações Integradas, da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos e da Secretaria Nacional de Segurança Pública; **Ministério das Relações Exteriores**, por meio da Secretaria-Geral das Relações Exteriores; **Ministério do Desenvolvimento Regional**, por meio do Departamento de Desenvolvimento

Regional e Urbano; **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária.

AÇÕES CORRETIVAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Até aqui foram tratados neste artigo os processos históricos de ocupação desordenada da região que, somados às riquezas naturais, moldam as características fisiográficas da Amazônia. Ficam evidenciados a escassez de recursos e insuficiente presença do Estado, que permitem o crescimento das ações delituosas na região, figurando, inclusive, como ameaça a soberania nacional. Desta forma se faz necessário e urgente a implantação de ações corretivas na Amazônia Brasileira.

O governo brasileiro vem ao longo dos anos buscando soluções para a região através de Programas como o de Regularização Fundiária, com o objetivo de conceder títulos de propriedade a ocupantes de terras, incluindo agricultores familiares e assentamentos rurais com intuito de promover práticas agrícolas sustentáveis e apoiar agricultores familiares na região, buscando conciliar a produção de alimentos e a conservação ambiental (BRITO, 2011). O governo busca estimular o desenvolvimento econômico na região por meio de investimentos em infraestrutura, como estradas, hidrovias e energia, visando melhorar a conectividade e facilitar o acesso a recursos, bem como promover atividades econômicas.

À nível das instituições empenhadas na Região Amazônica podemos destacar as ações executadas pelas Forças Armadas. Os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) do Exército Brasileiro são instrumentos essenciais para demonstração da presença do Estado, com objetivo claro de manter a soberania nacional (DE MORAES, 2021). Posicionados em pontos estratégicos, seus integrantes conseguem manter um bom relacionamento com as comunidades locais, exercendo influência nessas localidades.

Além de povoar e promover a fixação dessa população na região, os Pelotões Especiais de Fronteira têm como objetivo implementar ações para benefício e melhoria da qualidade de vida de comunidades isoladas e carentes das

ações governamentais. Como exemplo dessas ações, os programas Calha Norte, criado em 1985 com objetivos estratégicos de aumento da presença do Poder Público, a melhoria da infraestrutura nas áreas de defesa, educação, esporte, segurança pública, saúde, assistência social, transportes e desenvolvimento econômico, SIVAM-Sistema de Vigilância da Amazônia, que tem por finalidade assegurar o espaço aéreo da Amazônia, SIPAM-Sistema de Proteção da Amazônia, que foi criado para integrar informações, planejar e coordenar ações, visando a proteção, inclusão social e desenvolvimento sustentável da região Amazônica brasileira (DE MORAES, 2021).

Já os demais órgãos de Segurança Pública, especialmente o Ibama e as Polícias Federal e Rodoviária Federal atuam na região de forma pontual por meio de Operações conjuntas voltadas ao combate aos ilícitos na região, com foco especial no combate ao narcotráfico e crimes ambientais. A região da Amazônia Brasileira conhecida como Amazônia Legal, engloba nove estados, Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão, historicamente tem sido utilizada como corredor de escoamento das regiões produtoras de entorpecentes principalmente para o mercado internacional.

É necessário investir em atividades econômicas sustentáveis que valorizem os recursos naturais da Amazônia, como o ecoturismo, a agrofloresta e a produção sustentável de alimentos, o que forneceria meios alternativos de subsistência às comunidades locais, reduzindo a pressão sobre os recursos naturais.

É preciso, ainda, reconhecer e respeitar os direitos territoriais e culturais das comunidades indígenas, incluindo a demarcação e proteção de terras. Essas comunidades têm um papel fundamental na preservação da floresta e na promoção de práticas sustentáveis de uso da terra. Da mesma forma se faz necessário apoiar a pesquisa científica e a inovação tecnológica para o monitoramento e a preservação da Amazônia, incluindo o uso de tecnologias avançadas, como sensoriamento remoto, inteligência artificial, para detectar e combater o desmatamento e outras atividades ilegais, como também investir em programas educacionais e campanhas de conscientização para promover a importância da

Amazônia e dos seus ecossistemas. Isso envolve o ensino nas escolas sobre a preservação ambiental, os direitos indígenas e o uso sustentável dos recursos naturais.

À nível internacional deve-se buscar fortalecer o Tratado de Cooperação Amazônica–TCA de 1978, existente entre os países amazônicos, para compartilhar conhecimentos, recursos e melhores práticas. Em agosto de 2023, recente, ocorreu, em Belém do Pará, reunião da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), para diálogo sobre ações para o desenvolvimento sustentável da região. Dentre os assuntos tratados tiveram destaque temas como a segurança alimentar, preservação da bioeconomia e conservação do patrimônio genético, além da necessidade de combate ao desmatamento ilegal (ABC - Agência Brasileira de Cooperação).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região Amazônica brasileira, detentora de abundantes recursos naturais, sofre com a escassez dos recursos humanos e de infraestrutura. O processo de ocupação e povoamento desordenado da região, trouxe consigo o viés exploratório. A expansão da fronteira agrícola, a pecuária intensiva, a exploração madeireira e a mineração ilegal causaram e ainda causam desmatamento, degradação ambiental e conflitos socioambientais na região.

A escassez de recursos em segurança da região, sua posição estratégica para o narcotráfico internacional e de vários ilícitos, como o tráfico de armas, a milícia, a prostituição infantil e juvenil, o tráfico de pessoas e outros, somados a enorme extensão territorial e o efeito temporal de ações pontuais das Instituições de segurança pública demonstram a complexidade de combate aos problemas da região.

A situação na Amazônia Brasileira requer uma abordagem abrangente para enfrentar os desafios ambientais, sociais e econômicos. É necessário conjugar ações de repressão aos ilícitos na região com ações bem definidas de povoamento e desenvolvimento. É essencial fortalecer a fiscalização e a aplicação da lei para

combater atividades ilegais, como desmatamento, mineração ilegal e invasões de terras, com aumento dos recursos e a capacitação adequada das agências ambientais e das forças de segurança e o aumento do efetivo.

Evidencia-se que a região Amazônica precisa de consistentes políticas públicas, pois é extremamente vulnerável às ameaças que impactam os princípios fundamentais do Estado, a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A necessidade de enfrentamento dos problemas existentes encontra égide na Constituição Federal de 1988, assim como na Política Nacional de Defesa (PND), que dentre os Objetivos Nacionais de Defesa destacam-se a garantia da soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial, assim como na Estratégia Nacional de Defesa (END), que tem entre suas diretrizes a priorização da região amazônica.

REFERÊNCIAS

ABC- Agência Brasileira de Cooperação. **Países amazônicos debatem o futuro da cooperação para o desenvolvimento sustentável da região** – ABC- Agência Brasileira de Cooperação-GOV.BR, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/noticias/paises-amazonicos-debatem-o-futuro-da-cooperacao-para-o-desenvolvimento-sustentavel-da-regiao>

ANTAQ. **Estatísticas da Navegação Interior 2011**. Brasília, mar. 2012

BRITO, Brenda; BARRETO, Paulo. **A regularização fundiária avançou na Amazônia**. Os dois anos do programa Terra Legal, v. 72, 2011.

CASTRO, Edna. **Território em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências**, 2017.

CERQUEIRA, Wagner. **A ocupação da Amazônia**, 2005.

CORRÊA, Conceição Gentil *et al.* **O processo de ocupação humana na Amazônia: considerações e perspectivas**. 1994.

COUTO, A. C. **A geografia do narcotráfico na Amazônia**. Geographia Opportuno Tempore, Londrina, Vol. 3, Nº 1, p.52, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/31774>

DE MORAES, Carlos Henrique Arantes. **A Importância dos Pelotões Especiais de Fronteira na Região Amazônica Brasileira**. Revista Agulhas Negras, v. 5, n. 6, p. 101-112, 2021.

DE SOUZA, Jair Leandro Chaves; CARODI, Tailini Mendes. **Integrar para não entregar: A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985) RESSIGNIFICANDO A COLONIALIDADE**. Das Amazônias, v. 2, n. 2, p. 16-22, 2019

EDUCA MAIS BRASIL. **Floresta Amazônica**. EDUCA+BRASIL, 2018. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/geografia/floresta-amazonica>

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. Edusp. São Paulo, 2002.

FOREST & FINANCE: **Os Impactos da Mineração na Amazônia**. Forestsandfinance.org, 2022. Disponível em: <https://forestsandfinance.org/pt/mining-pt/the-impact-of-mining-on-the-brazilian-amazon/#:~:text=O Brasil é o 2º, setor de mineração do país>

FRANÇA, Sebastião Fontineli. **Processo de ocupação da Amazônia e suas estratégias de integração, desenvolvimento e segurança**. NÚMERO 18–ANO X–JUNHO 2005, v. 12, n. 18, p. 137-161, 2005.

FRANCO, GIULIA FONTES. **Processos históricos de ocupação e apropriação territorial da Amazônia como fronteira-mundi**: um panorama a partir de intérpretes do (neo) extrativismo.

HIGA, Carlos César. **Tratado de Tordesilhas**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/tratado-de-tordesilhas.htm>

IMAZON. **A floresta habitada**: História da ocupação human na Amazônia-Imazon,2015. Disponível em: <https://imazon.org.br/a-floresta-habitada-historia-da-ocupacao-humana-na-amazonia/>

IMAZON. **Linha do tempo**: Entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia – Imazon, 2013. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/linha-do-tempo-entenda-como-ocorreu-a-ocupacao-da-amazonia/>

IMAZON. **Pecuária na Amazônia**: Tendências e Implicações para a Conservação Ambiental – Imazon, 2015. Disponível em: <https://imazon.org.br/pecuaria-na-amazonia-tendencias-e-implicacoes-para-a-conservacao-ambiental/>

KOHLHEPP, Gerd. **Estratégias de desenvolvimento regional na Amazônia Brasileira**. Finisterra, v. 16, n. 31, 1981.

MENDONÇA, Gustavo Henrique. **Bacia Amazônica**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/bacia-amazonica.htm>

NEIVA, Leonardo. **Como colonizadores infectaram milhares de índios no Brasil com presentes e promessas falsa**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53452614>

OLIVEIRA, Keity. **Ocupação humana na Amazônia**: uma abordagem histórica – Internacional da Amazônia (internacionaldaamazonia.com), 2023.

PEIXOTO, Fabrícia. **Linha do Tempo**: Entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia, 2009.

PENIDO, Ana Penido; MATHIAS, Suzeley Kalil; BARBOSA, Lisa Sousa. **A defesa da Amazônia e sua militarização**. Novos Cadernos NAEA, v. 25, n. 1, 2022.

PIERANTI, O.C.; SILVA, L.H.L. **A Questão amazônica e a Política de Defesa**. Artigo Científico. Rio de Janeiro: EBAPE.BR. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&id=S1679-39512007000100012 – Acesso em: 26/08/2020

RIBEIRO, Maria Inês Ferreira da Costa *et al.* **Mineração e garimpo em terras indígenas**. 2016.

REIS, João Francisco G.; DE SOUZA, Jaime L. **Grandes projetos na Amazônia: A hidrelétrica de Belo Monte e seus efeitos na segurança pública.** Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 9, n. 2, p. 215-230, 2016.

SANTOS, Fernando Corrêa dos. **A Securitização do Narcotráfico na Fronteira Amazônica.** REVISTA GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.1007-1022, 2013.

SILVA, F. L. D.; PENA, Heriberto Wagner Amanajás; DE ASSIS OLIVEIRA, Francisco. **A dinâmica da ocupação da Amazônia brasileira: do interesse Político e econômico aos conflitos socioambientais.** Revista Caribeña de Ciencias Sociales, n. 2015_01, 2015.

SILVA, Júlio César Lázaro da. **História Econômica da Região Norte: do Século XX aos Dias Atuais.** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/historia-economica-regiao-norte-seculo-xx-aos-dias-atuais.htm>.

SOUSA, Rafaela. **Amazônia.** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/amazonia.htm>.

SOUZA, Jair Leandro Chaves de; CARODI, Tailini Mendes. **Integrar ou não Integrar: A ditadura militar (1964-1985),** 2019.

SOUZA, Núbia Miriam de et al. **O impacto ambiental causado pela plantação de coca na tríplice fronteira amazônica Peru, Brasil e Colômbia (2010-2018).** 2018.

World Drug Report. United Nations. **Office on Drugs and Crime,** 2008. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/wdr/WDR_2008/WDR_2008_eng_web.pdf